



ACÓRDÃO Nº: 005/2023
PROCESSO Nº: 2016/6640/500126
TIPO: RECURSO VOLUNTÁRIO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 2016/000542
RECORRENTE: GUIMARÃES E MOURA LTDA
INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº: 29.089.074-8
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

EMENTA

ICMS NORMAL. LEVANTAMENTO DA CONTA CAIXA. SUPRIMENTO DE CAIXA NÃO COMPROVADO. IMPROCEDÊNCIA – É improcedente a exigência tributária relativa a presunção de omissão de saídas em decorrência de suprimento ilegal de caixa, quando comprovada a legitimidade do ingresso da receita.

RELATÓRIO

A Fazenda Pública Estadual constituiu crédito tributário contra o contribuinte qualificado na peça inicial, referente à omissão de saídas de mercadorias, presumida pela ocorrência de suprimento de caixa não comprovado no período de 14/08/2014 a 14/08/2014.

A autuada foi intimada do auto de infração por ciência direta, apresentou impugnação tempestiva, alegando:

- Que o valor de R\$ 250.000,00 teve origem através de um contrato de mútuo, onde Sr. Paulo de Tércio Bezerra da Silva emprestou o referido valor à impugnante, onde o citado valor foi repassado através de cheques no valor de R\$ 150.000,00 e R\$ 100.000,00, respectivamente, do Banco Bradesco S/A;

- Que o valor foi devidamente depositado na conta corrente, nos dias 14.08.2014 e 18.08.2014, conforme fazem prova as microfilmagens dos cheques e o extrato da conta bancária, e que o pacto de mútuo foi contabilizado nos livros diário e razão, sendo que a transação foi totalmente legal.





Fez juntada de alteração contratual, ficha de inscrição cadastral, comprovante de inscrição e de situação cadastral, documentos pessoais, contrato de mútuo, cópias de cheques, extrato bancário, livros diário e razão, auto de infração, levantamento e procuração.

O processo foi devolvido à autora do procedimento, que lavrou termo de aditamento às (fls.63/64) retificando a infração descrita no campo 4.13 do auto.

O contribuinte foi intimado do aditivo por via postal (fls.67), comparecendo ao processo com as seguintes alegações:

- Que a inclusão de outro artigo como também infringido importa em novo lançamento e não em simples correção ou suprimento de omissão do ato anterior;

- Que o aditamento deve ser considerado nulo, pois é feito em desacordo com a Lei nº 1.288/01, e que a empresa não foi omissa com relação a deixar de emitir os documentos de toda e qualquer operação realizada;

- Que uma vez constituído o crédito tributário, a autoridade fiscal não mais poderá modificá-lo por força do chamado princípio da imutabilidade do lançamento tributário;

- Uma vez que o sujeito passivo foi regularmente notificado do lançamento, não há a possibilidade de sua alteração, e que no aditamento sob análise, temos a ocorrência de um erro de direito, que não pode ser alvo de alteração ou modificação.

A julgadora singular conhece da preliminar arguida, nega-lhe provimento e passa à análise do mérito.

A presente demanda refere-se à omissão de saídas de mercadorias, presumida pela ocorrência de suprimento de caixa não comprovado.

Sendo que a pretensão fiscal encontra respaldo no art. 21, inciso I, alínea "b" e 44, inciso III da Lei nº 1.287/01, conforme consta do campo 4.13 do termo de





aditamento, assim como a penalidade proposta no campo 4.15 está de acordo com o ilícito fiscal descrito.

A impugnante afirma que a auditora deixou de considerar o contrato de mútuo no valor de R\$ 250.000,00 e que tal valor foi repassado através de cheque nº 3966 e 3969, devidamente compensados.

Em sua nota explicativa às (fls.28/29), a autora do procedimento informa que o contrato de mútuo apresentado pelo contribuinte não foi considerado por não ter sido registrado em cartório, por não constar o registro de juros na contabilidade da empresa, por não ter sido declarado o referido empréstimo na declaração de ajuste anual do mutuante.

Informa ainda que constam nos extratos bancários da empresa, nos dias 14.08 e 18.08.2014, a transferência nos valores de R\$ 150.000,00 e R\$ 100.000,00, respectivamente, com a descrição transferência entre agencias cheque/dinheiro do próprio favorecido e não do Sr. Paulo de Tarcio como depositante. Além disso, o depósito no valor de R\$ 100.000,00 foi efetuado no dia 18.08.2014, mas foi lançado nos livros contábeis com data de 14.08.2014.

Deste modo, entendendo que está caracterizado o suprimento de caixa não comprovado, presumindo-se a ocorrência de omissão de saídas prevista na legislação tributária, tendo em vista que a impugnante não conseguiu apresentar provas em contrário que validassem o contrato de mútuo apresentado.

Diante do exposto, a julgadora singular conhece da impugnação apresentada, nega-lhe provimento e julga procedente o auto de infração, condenando o sujeito passivo do pagamento do crédito tributário, com a penalidade do campo 4.15, mais acréscimos legais.

O sujeito passivo em seu recurso requer, que seja acatada a preliminar de nulidade arguida, considerando o erro de direito demonstrado, que se evidencia pelo aditamento do auto de infração que alterou a alínea "b" para a alínea "a", inciso I do art. 21, da Lei 1.287/01, bem como a inclusão do art. 44, inciso III, da mesma Lei, ficando evidenciado a nulidade por flagrante erro de direito, contrariando o princípio





da imutabilidade do lançamento tributário, previsto no art. 145 do CTN. Pede para reformar a sentença, julgando improcedente o auto de infração.

A Representação Fazendária em seu parecer (fls.108/110), diz que a sentença de primeira instância está equivocada em sua decisão, pois o suprimento de caixa não comprovado, leva, por presunção, a omissão de saídas tributadas sem a emissão de documentos fiscais, só que no presente caso, conforme cópia de cheques (fls.50/51) os mesmo foram depositados (extrato bancário fls.52), e contabilizados a débito da conta Banco e a crédito do mutuário, e não na conta caixa, o que desconfigura o suprimento ilegal. Desta forma pede ao Cocre, para dar provimento ao recurso voluntario, e julgar pela improcedência do auto de infração, reformando a decisão singular.

É o Relatório.

VOTO

A Fazenda Pública Estadual constituiu crédito tributário contra o contribuinte já qualificado é referente à omissão de saídas de mercadorias, presumida pela ocorrência de suprimento de caixa não comprovado no período de 14/08/2014.

No mérito, o sujeito passivo em seu recurso requer, que seja acatada a preliminar de nulidade do referido auto de infração nº 2016/000541, considerando o erro de direito demonstrado, que se evidencia pelo aditamento e alterou a alínea "b" para a alínea "a", inciso I do art. 21, da Lei 1.287/01, bem como a inclusão do art. 44, inciso III, da mesma Lei, sendo que a impugnante não cometeu infrações e não descumpriu as legislações aplicáveis ao caso, (fls.87/104), previsto no art. 145 do CTN, bem como a ocorrência de *bis in idem*.

Por sua vez, a Representação Fazendária em seu parecer às (fls.108/110), conclui que as alegações do sujeito passivo estão corretas, considerando equivocada a decisão singular, pois o suprimento de caixa não comprovado, leva por presunção a omissão de saídas pretéritas sem a emissão de





documentos fiscais, neste caso já ocorreu efetivamente a emissão das notas fiscais de saídas, não havendo mais nada a que se presumir, desta forma pede ao Cocre para julgar pela improcedência o auto de infração, reformando a decisão singular.

Verificado os dados e documentos através do despacho nº 4.197/2017, (fls.80) com a decisão singular desfavorável ao contribuinte, a Agência de Atendimento de Palmas, notifica o sujeito passivo da decisão ora sentenciada nos termos do art. 56, inciso IV, alínea "e" 1, da Lei nº 1.288/2001.

Visto, analisado e discutido os autos, foi possível constatar que razão cabe ao sujeito passivo.

O Conselho de Contribuinte e Recursos Fiscais do Estado do Tocantins já pacificou o entendimento de que o suprimento de caixa não comprovado, leva por presunção a omissão de saídas pretéritas sem a emissão de documentos fiscais, neste caso já ocorreu efetivamente a emissão das notas fiscais de saídas, nos termos do art. 21, inciso I, alínea "a" da Lei 1.287/01.

Art. 21. Presume-se ocorrido o fato gerador do imposto, salvo prova em contrário:

I – o fato de a escrituração indicar:

a) saldo credor de caixa;

Diante dos fatos, entendo que a empresa está desobrigada da imputação que lhe era imputada, sendo que neste caso já ocorreu efetivamente a emissão das notas fiscais de saídas, não havendo mais nada a que se presumir.

Pelo exposto, conheço do recurso voluntário apresentado dou-lhe provimento para, no mérito reformar a decisão de primeira instância que julgou procedente o auto de infração nº 2016/000542 para julgar improcedente, considerando que o contribuinte não descumpriu a legislação tributária, após comprovação de documentos anexo aos autos.

É como voto.



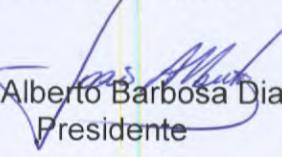


DECISÃO

Decidiu o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, no mérito, por unanimidade, conhecer do recurso voluntário e dar-lhe provimento para, reformar a decisão de primeira instância, julgar improcedente o auto de infração 2016/000542 e absolver o sujeito passivo da imputação que lhe faz no valor de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais), do campo 4.11. O Representante Fazendário Ricardo Shiniti Konya fez sustentação oral pela Fazenda Pública Estadual. Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Osmar Defante, Luciene Souza Guimarães Passos, Rui José Diel, Evanita Bezerra Cruz, Fernanda Halum Pitaluga e Josimar Júnior de Oliveira Pereira. Presidiu a sessão de julgamento aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2022, o conselheiro João Alberto Barbosa Dias.

PLENÁRIO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS, em Palmas, TO, ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2023.


Osmar Defante
Conselheiro Relator


João Alberto Barbosa Dias
Presidente

